



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR O
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Deputado Felipe Rigoni PSB/ES)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre previsão orçamentária do Ministério da Educação.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre a proposta orçamentária para 2020 do Ministério da Educação. Nesses termos, requisita-se informações sobre:

1. Os programas que sofrerão contingenciamento ou serão descontinuados para adequar-se ao orçamento proposto para 2020, constando a comparação de recursos direcionados para cada um deles em 2017, 2018, 2019 e a proposta para 2020 constante no Projeto de Lei Orçamentária Anual.
2. Os critérios que serão adotados para definir quais programas serão afetados pelos eventuais cortes advindos das reduções orçamentárias propostas e no caso de redução do escopo ou alcance de ações, quais serão os critérios para definir quem deixará de ser beneficiário das ações.
3. Número de estudantes que deixarão de ser beneficiados em cada um dos programas que deverão receber menos recursos em 2020, constando tabela comparando o número de estudantes que cada um deles beneficiou em 2017, 2018, 2019 e a proposta para 2020.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Externa tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, assim como a apresentação de seu planejamento estratégico. Entre as prerrogativas da Comissão está a de requerer informações que julgue necessárias para a consecução dos seus objetivos, incluindo a demanda sobre dados orçamentários do Ministério da Educação.

No final do mês de agosto, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 (PLOA 2020), com o Ministério da Educação sofrendo uma redução de R\$ 21 bilhões em seu orçamento, quando comparado com os R\$ 122 bilhões aprovados em 2019. O

ministério já estava passando por um contingenciamento e essas redução na PLOA 2020 põe em risco ainda maior políticas estruturantes para a educação brasileira. Da mesma forma, o FNDE, INEP e Capes apresentaram reduções substanciais nos seus orçamentos que ameaçam as atividades de cada uma das autarquias.

As reduções são substanciais no financiamento de pesquisas e nas universidades federais, porém mesmo a educação básica, apontada como prioridade pelo governo, teve cortes que ameaçam ações estruturantes.

Segundo apuração jornalística publicada no dia 02 de setembro de 2019 na Folha de São Paulo, o orçamento Capes seria reduzido de R\$ 4,25 bilhões em 2019 para R\$ 2,20 bilhões e 2020. No FNDE a redução também é substancial, passando de R\$ 27,7 bilhões para R\$ 20,9 bilhões, sendo que a rubrica de Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica, por exemplo, passou de R\$ 606 milhões em 2019 para R\$ 230 milhões.

Nesse cenário, é fundamental compreender quais programas serão contingenciados, ou mesmo descontinuados. A redução considerável nos recursos do Ministério da Educação e suas autarquias colocam em risco o desenvolvimento de ações importantes para a educação brasileira. Dito isso, requeremos informações acerca dos impactos das reduções orçamentárias na PLOA 2020 nos programas vigentes no âmbito do Ministério da Educação e suas autarquias, especialmente a CAPES, FNDE e INEP.

Requeremos informações relacionadas ao montante de recursos para garantir o funcionamento dos programas, mas também o impacto em suas metas, número de estudantes que serão beneficiados e os critérios para priorização da oferta. Para garantir que as informações estarão contextualizadas, solicitamos dados em relação aos anos de 2017 e 2018 e 2019.

Essas informações são fundamentais para um debate qualificado acerca das priorizações orçamentárias do Ministério da Educação.

Sala das Comissões, em 02 de Setembro de 2019.